

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 108
Julho – 2009

S U M Á R I O

- 3 **O acidente com o voo 447: reflexões sobre os interesses do Brasil no Atlântico Sul**
Flight 447 crash: reflections about Brazilian interests in South Atlantic
EDSON TOMAZ DE AQUINO
- 5 **África subsaariana: a última fronteira do capitalismo**
Sub Saharan Africa: the last frontier of capitalism
HERBERT SCHÜTZER
- 8 **Rússia e as estratégias de um país emergente**
Russia and the strategies of an emerging country
TAÍS SANDRIM JULIÃO
- 11 **A Índia emergente: oportunidades e desafios do gigante asiático**
Rising India: Opportunities and Challenges of the Asian Giant
GUSTAVO RESENDE MENDONÇA
- 14 **Os dez anos do Euro: passado de orgulho, futuro de incertezas**
Euro at ten: past of pride, future of uncertainty
PATRÍCIA NASSER DE CARVALHO; ELÓI MARTINS SENHORAS
- 16 **Modernidade-mundo insustentável**
Modernity-world unsustainable
ALBERTO TEIXEIRA DA SILVA
- 18 **Aproximação China-Taiwan: objetivo consensual, a forma não**
China-Taiwan approach: consensual aim, but not on how is dealt
ALEXANDRE RATSUO UEHARA; MOISES LOPES DE SOUZA
- 21 **Para onde foi o efeito balão?**
Where is the balloon effect?
LUIZ ANTÔNIO GUSMÃO
- 25 **Os impasses do G-8 e a reforma da governança global**
The G-8 deadlock and the global governance reform
RICARDO DOS SANTOS POLETTO; TAÍS SANDRIM JULIÃO

RESENHAS

- 28 **The post-American World**
THIAGO GEHRE GALVÃO
- 31 **África subsaariana: a última fronteira do capitalismo**
Sub Saharan Africa: the last frontier of capitalism
HERBERT SCHÜTZER

Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

ISSN 1518-1219

No. 108 – Julho – 2009

Como contribuir

1. O Boletim publica artigos de análise de conjuntura e resenhas de livros;
2. As contribuições devem conter cerca de 7.000 caracteres (incluindo espaços) e devem ser apresentadas em processador de textos de uso universal;
3. Não devem ser usadas notas de rodapé. No caso de citação de bibliografia, usar o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do artigo;
4. As contribuições podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
5. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
6. No caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
7. As contribuições devem vir acompanhadas de:
 - a. 3 palavras-chave em português e 3 key words em inglês;
 - b. Título em inglês;
 - c. Resumo em português e abstract em inglês, ambos com até 20 palavras.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, com avaliação de pelo menos dois pareceristas, escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema de duplo cego (blind review). Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a modificações no trabalho.

O processo de análise editorial se estende por cerca de 5 (cinco) dias úteis e os artigos aprovados são imediatamente publicados no site e depois consolidados na edição em formato PDF, lançada até o final do mês subsequente.

As submissões se dão por intermédio de formulário específico, acessível em <http://meridiano47.info/como-publicar/>

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite <http://www.ibri-rbpi.org>

Os artigos publicados em Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais estão indexados nos seguintes serviços internacionais:

- Fuente Acadêmica (Ebsco Publishing);
- Informe Acadêmico (Cengage Gale Learning);
- Academic OneFile (Cengage Gale Learning).

Política Editorial

Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais publica contribuições inéditas na forma de artigos científicos breves e resenhas de livros. Editado pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, o Boletim não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários nacionais ou estrangeiros. As opiniões expressas nos trabalhos publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores e não traduz a opinião ou o endosso do IBRI.

O Boletim publica trabalhos cuja temática se situe na grande área de relações internacionais, em que se compreende Política Internacional e Comparada, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e da Política Exterior e Economia Política Internacional.

Todos os artigos serão submetidos a arbitragem científica, em sistema de duplo cego (blind review), com avaliação de pelo menos dois pareceristas escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada. Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a ajustes na forma, estrutura ou conteúdo, ou mesmo negá-la. Neste processo o anonimato dos autores e dos pareceristas é garantido.

A publicação de contribuições será sempre amparada pelas recomendações do Conselho Editorial e pela análise dos pareceres produzidos.

© 2000-2009 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Expediente

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília), Andrés Malamud (Universidade de Lisboa, Portugal), Antônio Carlos Lessa (Universidade de Brasília), Cristina Soreanu Pecequillo (Universidade Estadual Paulista), Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília), Francisco Doratioto (Universidade de Brasília), Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina), João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Pio Penna Filho (Universidade de São Paulo), Paulo Luiz Esteves (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

O acidente com o vôo 447: reflexões sobre os interesses do Brasil no Atlântico Sul

Flight 447 crash: reflections about Brazilian interests in South Atlantic

EDSON TOMAZ DE AQUINO*

Meridiano 47 n. 108, jul. 2009 [p. 3 a 4]

O Atlântico Sul não é elemento novo na política externa brasileira nem nos assuntos sobre a defesa nacional. Está presente desde a formação do país, com a chegada dos portugueses e todo o esforço em combater a presença de invasores, como se pode ainda hoje observar com as fortificações erguidas ao longo de toda a costa.

A crise do petróleo nos anos 70 ampliou a visão sobre a relevância da fronteira marítima para o país, não apenas como rota comercial, mas principalmente como área de recursos econômicos a serem explorados. Por diversas vezes, o país teve que rechaçar a presença ilegal de embarcações pesqueiras em suas águas. Exemplo disso foi o esforço que o país empregou para a delimitação de seu mar territorial em 200 milhas.

A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (CNUDM), realizada em 1982, em Montego Bay, na Jamaica, surgiu como desdobramento dos debates do início dos anos 70, em que o Brasil teve papel relevante ao fixar o limite das 200 milhas náuticas. A CNUDM, em seu artigo 76, estabeleceu o processo pelo qual os países deveriam demarcar os Limites Exteriores da Plataforma Continental além das 200 milhas náuticas (LEPLAC). Segundo a Convenção, cada país deveria apresentar pedido de ampliação de sua plataforma no prazo de dez anos, depois que tivesse ratificado a convenção. O Brasil ratificou a CNUDM em 1994 e, portanto, deveria encaminhar seu pedido até 2004.

O mapeamento científico da plataforma continental brasileira começou a ser feita em 1987. O trabalho

foi coordenado pela Marinha, em que foram investidos US\$ 40 milhões, metade desse custo financiado pela Petrobrás. O levantamento, finalizado em 2004, foi apresentado à ONU, em que foi reivindicada a inclusão em sua plataforma de cinco áreas: cone do Amazonas, cadeia Norte brasileiro, cadeia Vitória e Trindade, platô de São Paulo e margem continental Sul.

Somente em abril de 2007 a ONU autorizou o Brasil a ampliar os limites de sua fronteira marítima, ao aprovar integralmente a inclusão do platô de São Paulo. As demais áreas reivindicadas foram aprovadas em 75%. Entretanto, a Marinha informou que o país continuaria reivindicando o restante da área mapeada.

A ampliação da área marítima sob a soberania brasileira incorporou novas obrigações do país no Atlântico Sul. Além de vigiar e monitorar seu mar territorial, cabe ao Brasil como signatário da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar e da Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, determinadas obrigações. Dentre elas, destaca-se o estabelecimento de um sistema de controle de posição de navios localizados no interior de área marítima sob sua responsabilidade, e resgate e salvamento de embarcações e naufragos. Para essas atividades, a área marítima considerada vai além dos 4,5 milhões de km² consagrados pelos limites da plataforma continental brasileira e atinge quase 14 milhões de km².

Políticas públicas para o desenvolvimento da pesca, da navegação de cabotagem, de pesquisas científicas, e mesmo atividades turísticas, englobam

* Doutor em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e coordenador do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Lusíada – Unilus (etomaz18@yahoo.com.br).

estratégias que buscaram aliar fatores não tradicionais de poder às ações exclusivas à esfera militar. Por outro lado, desdobram-se em políticas desenvolvimentistas no plano doméstico.

O reconhecimento da independência de Angola, nos anos 70, rompe um tratado não escrito com Portugal e marca o início de um processo de aproximação com a África Atlântica. O apoio do Brasil à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), a abertura de novas embaixadas e a parceria estratégica com a África do Sul refletem o esforço do país nessa direção. O projeto antártico brasileiro, com a instalação de base científica naquele continente, também visa ampliar a presença brasileira no Atlântico Sul.

Se por um lado o Brasil buscou se aproximar da África e se fazer mais presente no Atlântico Sul, por outro procurou afastar a presença de potências, como os Estados Unidos. Os interesses de Washington, nitidamente mais presentes em outras regiões e a relevância secundária do Atlântico Sul em questões de segurança, tornam a região uma das menos militarizadas do planeta. França e Reino Unido, entretanto, conservam possessões territoriais no Atlântico Sul, o que de certa forma favorece sua presença na região. A criação da Zona de Paz de Cooperação do Atlântico Sul, que teve o Brasil como um dos principais idealizadores, congrega apenas os Estados das margens americana e africana banhadas pelo Atlântico Sul. Afastar a presença de potências e garantir a manutenção do Atlântico Sul como área de paz e cooperação e santuário ecológico, por exemplo, permitem que os gastos com a defesa sejam minimizados.

O caráter dissuasório dessa política harmoniza-se com a escassez de recursos alocados no orçamento militar. Ainda que se considere um aumento expressivo nos investimentos militares para a defesa dos interesses brasileiros no Atlântico Sul, a cooperação e o direito são instrumentos imprescindíveis e fazem parte da tradição diplomática do país. São recursos que se coadunam perfeitamente aos laços históricos e culturais que o Brasil possui com a África. Também

estão ajustados ao atual contexto político da região, de redemocratização e de abandono de programas de desenvolvimento de armas nucleares.

As operações de busca por vítimas do Airbus da Air France, pelos destroços e pela caixa preta, ocorrem com auxílio internacional. Nada a se opor à participação estrangeira, principalmente por se tratar de um fato que envolve interesses multinacionais. Contudo, a participação do Brasil nas operações de resgate, naquilo que lhe cabe, coloca à prova a capacidade do país em lidar com situações de desastre em seu mar territorial, a chamada "Amazônia Azul". A escassez de recursos econômicos, em especial o petróleo e a inserção crescente do tema ambiental nas relações internacionais, podem gerar especulações semelhantes a que temos visto em relação à floresta amazônica. Para monitorar e proteger um imenso mar territorial e ao mesmo tempo atender às obrigações contraídas em tratados internacionais, o país necessita aplicar recursos tecnológicos adequados e suficientes para proteger área vital aos interesses nacionais, em sintonia com a força da tradição diplomática do país.

Recebido em 30/06/2009
Aprovado em 02/07/2009

Resumo: A partir dos anos 70, é objetivo da política externa e da segurança do Brasil garantir a ampliação do seu mar territorial. O acidente com o voo 447 sugere reflexões a respeito.

Abstract: Since the 70's, to assure the enlargement of its territorial sea become a target to Brazilian foreign affairs and security issues. The flight 447 crash suggests reflections about.

Palavras-chave: Atlântico Sul; Soberania; Recursos econômicos

Key words: South Atlantic; Sovereignty; Economic resources



África subsaariana: a última fronteira do capitalismo

Sub Saharan Africa: the last frontier of capitalism

HERBERT SCHÜTZER*

Meridiano 47 n. 108, jul. 2009 [p. 5 a 7]

Última região a ser integrada ao sistema capitalista, a porção subsaariana do continente africano, está sendo disputada pelas grandes potências mundiais e por potências médias para atender aos mais diferentes interesses. Ainda sobre as ruínas do neocolonialismo e suas consequências trágicas culturais e econômicas, este espaço não apresentou um processo evolutivo do capitalismo devido a sua proximidade com a Europa e sua expansão nos primeiros passos da mundialização capitalista do século XV. A África subsaariana é o novo e último espaço para o capitalismo alcançar sua universalidade e, conseqüentemente, estabelecer sua dominação generalizada pelo planeta e de fato chegar ao chamado “fim da história”. (FUKUYAMA, 1989) Nesse caso, considerando a China como um caso peculiar a ser estudado. Nesta “nova” arena os principais países do sistema mundial e alguns países de segundo escalão estão colocando em ação suas geopolíticas “soft power”, em geral, para atingir as maiores vantagens comparativas possíveis.

Desde o final do século XX e este início do XXI, o panorama subsaariano vem apresentando atrativos na esfera econômica, que atiçam a cobiça das potências mundiais e suas empresas, que acabam contribuindo para a manutenção de um espaço desarticulado e um Estado decadente, incapaz de garantir suas premissas sócio-econômicas devido à cobiça que promove nas classes dominantes cooptadas locais. Com isso, os países subsaarianos tornam-se presas fáceis dos diversos interesses dispostos nas diversas esferas da vida dos países, que não adotam nenhum critério seletivo nas parcerias propostas e as possibilidades de consolidação das

suas estruturas ficam comprometidas. Essa falta de objetivos é, possivelmente um ranço do colonialismo e suas artificialidades políticas e sociais, como também da Guerra Fria e suas influências nefastas para a formação da jovem região independente.

Após o fim da Guerra Fria, as potências centrais e algumas potências médias, entre elas o Brasil, voltaram seus interesses para o último (além da Antártica que, por força de suas condições naturais e do Tratado Antártico, continua preservada) espaço mundial ainda não totalmente inserido na dinâmica da globalização – a África Subsaariana com sua diversidade a ser explorada pela lógica neoliberal. Lógica essa que trás em seu bojo uma gama de práticas que seduzem as classes dominantes e médias de países que procuraram a modernização de suas sociedades, com a idéia de acesso fácil às inovações tecnológicas ao custo de uma flexibilização econômica e política em prol do capital internacional. (CARVALHO. 2002)

Na década de 1990, surgiu uma concepção política abrangente entre as grandes potências (como também na ONU) de que o engajamento delas se fazia necessário para garantir um futuro mais promissor para a África Subsaariana. Europeus e norte-americanos lançaram propostas assistencialistas para a região, no intuito de remediar a tragédia subsaariana com a canalização de recursos dos países ricos, a fim de modernizar o sistema de produção dos países mais carentes, tendo por base a criação de um sistema eficiente de produção em alguns setores primordiais da economia da região. Porém essas iniciativas, retóricas ou não, foram paulatinamente superadas pelos interesses econômicos imperialistas de um capitalismo

* Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP, pós-graduado em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP e mestrando em Geografia pela Universidade de São Paulo – USP (hschutzer@globocom).

globalizante e pelas dificuldades endógenas que a região subsaariana apresentava. (PIMENTEL. 2000) Na intersecção dessas duas variáveis, a região subsaariana tornou a agonizar, em virtude do recrudescimento da violência de diferentes naturezas e das epidemias que se alastraram num meio historicamente carente, provocando um enorme sofrimento da população. Os conflitos anteriores, alimentados pela Guerra Fria, continuaram devido à marginalização estratégica da região no período subsequente e também devido aos paradigmas coloniais que subsistiram.

Passado esse hiato do pós-Guerra Fria, novas geopolíticas nacionais estão materializando interesses distintos, num espaço de grande diversidade e com traços colonialistas que se imbricam à nova realidade do continente, quase cinquenta anos após o processo de independência. As potências usam diferentes práticas de penetração política e econômica e se sobrepõem às políticas locais e aos interesses do principal país da região, a África do Sul. Contudo, todos enfrentam os paradoxos de uma região com uma história que penetra na antiguidade, cujos valores culturais perpassaram pelo colonialismo europeu e por suas conseqüências e são vivificados na atualidade. Soma-se a isso, por um lado, a presença dos países ocidentais e seus paradigmas, constituindo ideais de legitimação civilizacional, que entram nesse jogo geopolítico de acumulação de poder na porção subsaariana da África. Por outro, as potências orientais legitimadas por diferentes valores, mas atuando com os mesmos objetivos na busca de vantagens comparativas. (FIORI, 2007)

O caráter destoante da política externa brasileira no sentido da autonomia subsaariana com uma geopolítica humanista, segundo o discurso das autoridades políticas, corrobora a ideia da universalização capitalista e seu aparato legal e confirma a ação do país de alinhamento ideológico com os países que comandam o sistema mundial. O Brasil atua no sentido de colaborar com as potências mundiais e médias interessadas na região subsaariana usando as opções disponíveis no sistema mundial para países classificados como potências médias, procurando contrabalançar uma ação humanitária na África, com a participação nos fóruns liderados pelos países

ricos. O que segundo Andrew Hurrell (2009), leva o Brasil a praticar o “bandwagoning” (indica o ato de aliar-se com a potências mundiais e agir livremente no cenário internacional servindo às finalidades de longo prazo a essas potências. O termo foi originalmente usado pelo cientista político Stephen Van Evera.), uma vez que contribui para uma organização do espaço subsaariano, que pode vir a ser mais útil ao sistema capitalista, contudo correndo o risco de latinizar economicamente a região subsaariana.

Dessa forma, as perspectivas para a África subsaariana podem ser positivas no sentido da sua organização do espaço e da consolidação do Estado, porém, numa projeção mais de longo prazo, o que se observa é uma continuidade das práticas já desenvolvidas pelas economias mais desenvolvidas em estruturas mais adequadas ao capitalismo. Os anseios subsaarianos parecem não ser considerado na suas diversidades, o ‘etnocentrismo’ capitalista não levam em conta as questões endógenas das populações locais, como fez com a América Latina. O Brasil precisa repensar sua geopolítica subsaariana, no sentido de reforçar as estruturas que garantam uma autonomia para os países, de forma que suas escolhas tenham espaço de manifestação interna e externa. Se de fato o país possui o compromisso declarado pelo governo de Lula e que ela se transforme numa política de Estado.

Bibliografia

- CARVALHO, Leonardo Arquimimo. Geopolítica e Relações Internacionais. Curitiba. Juruá Editora. 2002.
- FIORI, José Luís. O Poder Global. São Paulo. Editora Boitempo. 2007.
- FUKUYAMA, Francis. The end of history. EUA The national interest. 1989.
- HURRELL, Andrew. LIMA, Maria Regina S. HIRST, Monica. MACFARLANE, Neil. NARLIKAR, Amrita. FOOT, Rosemary. Os BRICs e a Ordem Global. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2009.
- PIMENTEL, José Vicente de Sá. Relações entre o Brasil e a África. Brasília. RBPI vol 43, número 001 p.05-23. 2000.

Recebido em 02/07/2009
Aprovado em 07/07/2009

Resumo: A arena subsaariana é disputada pelos países centrais e por potências médias, constituindo-se na última área a ser inserida ao sistema capitalista em sua forma mais completa de exploração.

Abstract: The Saharan sand is disputed by the central powers and means, constituting the last area to be added to the capitalist system in its most complete form of exploitation.

Palavras-chave: capitalismo; geopolítica; continuidade.
Key words: capitalism; geopolitics; continuism.



Rússia e as estratégias de um país emergente

Russia and the strategies of an emerging country

TAÍS SANDRIM JULIÃO*

Meridiano 47 n. 108, jul. 2009 [p. 8 a 10]

O término da Guerra Fria, marcado pela desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), impôs uma nova configuração na política internacional. O impacto foi sentido principalmente pelos Estados Unidos – que assumiram desde então a hegemonia global –, mas também pela Europa e Ásia, que se viram frente a um novo cenário mundial no qual a bipolaridade perdia seu sentido político-estratégico.

De fato, com o nascimento da Rússia como entidade política, incapaz de recuperar seu papel de protagonista no sistema internacional no curto e no médio prazo, a configuração europeia e asiática da qual o país faz parte sofreu transformações significativas no que se refere à correlação de forças da região.

De potência na ordem bipolar, a Rússia passou a integrar na ótica da política internacional o grupo de Estados que buscam seu espaço por meio de estratégias compartilhadas e coerentes com suas capacidades e seu potencial de atuação no sistema internacional. Assim, o perfil de atuação nos fóruns multilaterais deste país diferenciou-se brutalmente aos Estados Unidos e aproximou-se cada vez mais aos Estados como Brasil, China e Índia, que incorporam o epíteto de países emergentes.

Cumprir questionar, nesse contexto, se fim do cenário de bipolaridade e a percepção de estratégias de convergências de estratégias de inserção internacional atribuem à Moscou uma nova posição ao lado dos emergentes.

Dentre os fatores que podem oferecer respostas afirmativas a respeito deste processo de reorganização da ordem internacional e do novo lugar da Rússia no mundo, podemos destacar elementos

político-militares e econômico-sociais à luz de uma abordagem histórica.

Com relação ao elemento político, é possível observarmos duas dinâmicas que se projetam tanto em nível doméstico quanto externo. Politicamente, a Rússia apresenta um dilema, pois quase duas décadas após a extinção do regime socialista, não podemos afirmar se seu futuro será democrático e liberal nos moldes ocidentalmente concebidos. Determinadas características do país indicam uma demanda e, porque não, uma vocação democrática, como por exemplo, a pluralidade étnica e o passado comunitarista da sociedade russa, elementos esses evidentes na história política do país. Nesse sentido, uma Rússia capitalista democrática não se aproximará do perfil dos Estados Unidos, pois estão incutidos na sua identidade estatal traços comunitários que construíram o imaginário da nação.

Militarmente, a Rússia tem um passado não tão distante que lhe confere ainda hoje inegável respeito e centralidade no tema do desarmamento. A participação ativa e decisiva em guerras mundiais; a manutenção de um território vasto – dotado de riquezas minerais como ferro e petróleo – e em posição geoestratégica – próxima a países-chave da Ásia, como China, Índia, Paquistão, Japão, Coreia do Norte; e sua infra-estrutura industrial ligada à tecnologia militar e espacial, além do domínio de tecnologia nuclear; e o assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A Rússia permanece realizando e fortalecendo alianças com países que são considerados pela comunidade internacional – especialmente daqueles Estados aliados dos Estados Unidos – foco de tensões

* Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (taisjuliao@unb.br).

sob o prisma da segurança internacional, tais como o Irã. Desde 2001, o país tem investido em uma aliança geoestratégica por meio da Organização para a Cooperação de Xangai, que reúne países-chave na região, como China, Cazaquistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e Quirguistão.

Somado a isso, a ingerência russa em conflitos ocorridos recentemente na região da Ossétia do Sul nos fazem rememorar tempos em que a Rússia era uma entre as duas grandes potências militares da segunda metade do século XX. Nesse sentido, a Rússia ainda seria um ator relevante com ares de potência como a China, e não um país emergente como o Brasil, cujo perfil militar é relativamente baixo.

Quanto aos fatores econômicos, a reorganização da sociedade russa – que já não necessita mais focar seu planejamento no atendimento das diretrizes socialistas e na corrida armamentista de tempos de Guerra Fria – possibilitou uma nova dinâmica de crescimento, pautada em elementos como a indústria pesada, inserindo o país em uma nova posição no comércio internacional. A Rússia vivia até o ano passado a retomada de seu crescimento, pautado não somente nas tradicionais exportações de petróleo e gás natural, mas também no incremento industrial e índices macroeconômicos favoráveis.

Todavia, as recentes oscilações no mercado financeiro mundial relacionadas à crise do capitalismo global incidiram no processo de recuperação da economia russa. Isso se deve, por um lado, ao vínculo crescente de sua economia ao mercado e ao comércio internacionais e, por outro, as dinâmicas econômicas internas relacionadas a problemas como inflação e desemprego. Mas é importante destacar que os analistas têm sugerido que os países emergentes – entre eles a Rússia – ao contrário daqueles que possuem sua economia fortemente vinculada aos Estados Unidos, serão menos afetados pela crise mundial.

Acrescido a estes aspectos domésticos de reorganização econômica e os impactos da crise, a Rússia tem igualmente sido influenciada pela proximidade estratégica com a União Européia e seus países-membros recém-ingressos do leste, que ainda mantêm fortes relações com a nação russa. O histórico dos períodos pós-guerras mundiais e as transformações

das sociedades européias, com o continente unificado e inexistência da ameaça comunista, coloca a Rússia como um ator no subsistema europeu que não deve ser negligenciado.

Diante desse cenário, o país emerge como parceiro importante cuja inserção internacional é marcada por uma nova abordagem, que não exige vinculações políticas ou compromissos ideológicos. Atualizadas sua estratégia e dinâmica em suas relações comerciais internacionais, a Rússia vai se libertando paulatinamente da visão de “país vencido” no pós Guerra Fria.

A participação em coalizões representa um dos elementos substantivos para compreendermos de que modo a Rússia está inserida na lógica dos países emergentes. Nos tempos de URSS, a celebração de alianças e parcerias comerciais com o país socialista possuía um significado adicional, de caráter político: significava um posicionamento frente à dinâmica bipolar.

Contemporaneamente, dedica-se ao engajamento com países com os quais se identifica em termos de reivindicação de espaços econômicos e de participação nas decisões internacionais, como é o caso dos BRIC – Brasil, Rússia, Índia, China; porém, sem, com isso, abrir mão de foros privilegiados entre as potências centrais. Este grupo de países têm se apresentado no cenário internacional como um espaço de diálogo alternativo e, até certo ponto, complementar aos grupos tradicionais como G8 e G20.

A primeira reunião de cúpula presidencial foi realizada dia 16 de junho deste ano, na cidade de Ecatimburgo, parte asiática da Rússia. Este foi um passo importante para o grupo, que até então vinha dialogando e negociando de modo informal. A agenda abarcou temas de política internacional e de interesse nacional dos integrantes, tais como a crise econômica mundial e as reformas das instituições financeiras, a mudança climática, segurança alimentar e energética e o papel do G20. A iniciativa, além de ter antecedido a reunião do G8 recém-concluída em julho e a próxima reunião do G20 marcada para setembro, foi igualmente significativa porque foi realizada concomitantemente ao encontro da Organização de Cooperação de Xangai.

Estes eventos podem ser analisados, à luz das estratégias russas enquanto país emergente, como uma importante demonstração de seus objetivos e de suas ambições na nova ordem internacional. Com efeito, a realização de parcerias com países que não são considerados como potências – exceto a China – aponta, por um lado, a capacidade limitada da Rússia projetar poder de forma autônoma como nos tempos da Guerra Fria, necessitando, portanto, compartilhar espaços com determinados países percebidos como estratégicos.

Por outro, sugere uma interessante estratégia de ação na atual política internacional, em que a hegemonia norte-americana vê-se obrigada a ceder poder em virtude da complexidade das dinâmicas que interferem na lógica do sistema. Desta forma, busca-se uma posição assertiva e de influência por meio de estratégias típicas de países emergentes a exemplo do mecanismo das coalizões, que recolocam o país no quadro dos Estados relevantes nas decisões internacionais sem a necessidade de arcar com os custos elevados que envolvem o *status* de potência, lição esta aprendida no passado.

A Rússia busca gradativamente uma posição proeminente no cenário internacional, apoiando-se nas políticas domésticas de estabilização política e econômica, e, externamente, fazendo uso de uma espécie de estratégia combinada, em que os conceitos de autonomia e parceria não são excludentes, mas sim complementares.

Dotada de petróleo e gás natural, e historicamente distantes dos Estados Unidos, a Rússia caminha de

forma independente, realizando opções estratégicas de relacionamento com a Europa, países do Oriente Médio e demais países emergentes. Apesar de seu peso militar significativo, este não é suficiente para colocá-la como uma potência em termos fáticos, mas sim circunscrevê-la apenas no plano de *potência militar*, e, portanto, ator decisivo nos desafios da segurança internacional.

Em síntese, podemos dizer que a Rússia hoje apresenta *perfil de país emergente*, principalmente quando observamos suas estratégias de atuação no ambiente internacional. Porém, é importante destacar que, assim como os demais países integrantes desse grupo, possui suas especificidades que balizam suas opções internacionais. Por esse motivo, a análise de seu desempenho internacional deve levar em consideração este histórico, e de que forma ele incide na atualidade.

Recebido em 11/07/2009
Aprovado em 13/07/2009

Resumo: O artigo analisa as estratégias internacionais da Rússia à luz de sua conceitualização como país emergente.

Abstract: The article analyses the international strategies of Russia as an emerging country.

Palavras-chave: Rússia; países emergentes; BRIC
Key words: Russia; emerging countries; BRIC



A Índia emergente: oportunidades e desafios do gigante asiático

Rising India: Opportunities and Challenges of the Asian Giant

GUSTAVO RESENDE MENDONÇA*

Meridiano 47 n. 108, jul. 2009 [p. 11 a 13]

Nos últimos anos, a Índia passou a ganhar mais visibilidade no cenário internacional, acentuando-se a percepção mundial de que o país asiático caminha para tornar-se uma superpotência do futuro (ZAKARIA, 2008: 143). Sem embargo, existem aqueles que são céticos acerca das possibilidades indianas de influenciar os contornos da ordem internacional, ou mesmo, de atingir patamares elevados de desenvolvimento sustentável (KHANNA, 2008: 357). A presente análise, de natureza introdutória, pretende analisar brevemente os principais desafios para a ascensão da potência indiana, bem como os principais recursos que tornam o país candidato ao status de potência do século XXI.

Qualquer análise sobre a ascensão internacional da Índia não pode deixar de levar em conta o expressivo crescimento econômico que o país vem experimentando desde o final da década de 1980. Entre 1988 e 2006, o crescimento médio anual da economia indiana foi da ordem de 6,3%. O desempenho econômico indiano entre 2003 e 2007 foi ainda mais positivo, com um crescimento anual médio de 8,6%. (PANAGARIYA, 2008: 11). Em 1980, a renda per capita do país era de cerca de US\$ 100, enquanto em 2008 atingia o valor de US\$ 960 (ZAKARIA, 2008:145). Estima-se que, em 1974, 54,9% da população indiana viviam abaixo da linha de pobreza. Em 2000, 26,3% dos indianos eram considerados como pobres por seu governo (PANAGARIYA, 2008: 137).

O crescimento pujante gerou uma nova classe de empresas indianas competitivas e atuantes no

mercado global, dentre as quais se destacam as gigantes da informática *Wipro*, *TCS* e *infosys*, além do conglomerado *Tata group*. O caso das empresas de tecnologia da informação é particularmente bem-sucedido, em alguns anos o setor cresceu mais que 50% (GUHA, 2008:685). A maioria das empresas de alta tecnologia da Índia localiza-se em Bangalore, lar do renomado Instituto de Ciências da Índia e apelidada de Vale do Silício Indiano (KANDAR, 2008: 49). Estima-se que o setor de software empregava mais de seiscentos mil trabalhadores em 2004 e gerava exportações da ordem de US\$ 13 bilhões. (GUHA, 2008: 687).

Para além de aspectos econômicos a Índia possui importantes vantagens que lhe conferem recursos de poder no cenário internacional. O mais óbvio desses recursos é a capacidade nuclear indiana, que atualmente conta com a anuência internacional por meio do Tratado para a Cooperação Nuclear Civil (assinado em 2007) que sinalizou o reconhecimento americano do status indiano de potência nuclear (KANDAR: 2008: 323).

A Índia, no entanto, conta com recursos de poder mais sutis do que sua capacidade nuclear ou seu crescimento econômico expressivo. Calcula-se que existam mais de 300 milhões de usuários da língua inglesa na Índia atualmente (NILEKANI, 2009: 91). O uso difundido do inglês confere importante vantagem competitiva à Índia na economia internacional, especialmente no setor de terceirização de serviços. Em um contexto no qual o inglês se converteu na língua da modernidade (ZAKARIA, 2008:91), a po-

* Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB e técnico em cooperação internacional da Agência Brasileira de Cooperação – ABC (gustavo.mendonca@abc.gov.br).

pulação indiana que fala inglês pode ter mais acesso ao mercado internacional.

Por fim, a Índia pode contar uma fonte de poder pouco convencional: a migração. Estima-se que existam 20 milhões de indianos fora do país atualmente (KANDAR, 2008: 29), a maioria se encontra nos Estados Unidos. Os americanos de origem indiana estão se constituindo como importante grupo de pressão dentro dos Estados Unidos e se organizando de forma a se tornar uma poderosa força política dentro dos Estados Unidos. Organizações criadas por indo-americanos, como a Comissão EUA-Índia para a Ação Política (Usinpac – U.S – India Political Action Commitee), o Centro Indo-americano para a Consciência Política e a Associação dos Indianos dos EUA, atuam no Capitólio de forma a promover os interesses da Índia e foram essenciais para a aprovação do Acordo Nuclear entre Estados Unidos e Índia (KANDAR, 2008: 55).

Não obstante os importantes avanços econômicos da Índia, é impossível negar que o país continua mergulhado na miséria (KHANNA, 2008: 357). Atualmente, estima-se que entre 15% e 35% dos indianos vivem abaixo da linha de pobreza, ou, segundo estatísticas oficiais, mais de 300 milhões de pessoas (GUHA, 2008: 691). Na Índia, encontram-se 40% da pobreza mundial e um terço das crianças mal-nutridas (KANDAR, 2008: 31). Enquanto o país pode se orgulhar de possuir centros de ensino de excelência internacional, a taxa de alfabetização feminina na Índia é de apenas 54% e a masculina de 71%. (GUHA, 2008: 690). O país ainda enfrenta problemas de saúde pública significativos, como a epidemia de HIV: a Índia possui o maior contingente de pessoas com Aids no planeta, com cerca de 5,7 milhões de pessoas com a doença, embora no número possa ser muito maior (KANDAR, 2008: 31).

Além dos desafios sociais, a Índia conta com problemas ambientais cada vez maiores. A expansão econômica transformou o país asiático no quarto maior emissor de carbono do planeta. A economia indiana apresenta elevada intensidade de utilização de carbono e grande ineficiência energética. Ademais, as taxas de emissão de carbono da Índia crescem 10% ao ano, valor mais elevado entre os maiores

poluidores (VIOLA 2009: 22). De acordo com dados da OMS (Organização Mundial de Saúde), Bombaim é a quinta cidade mais poluída do planeta, com 97% da população respirando um ar de qualidade imprópria (KANDAR, 2008: 238). Todos esses fatores aumentam as responsabilidades internacionais da Índia no controle global da mudança climática. Até agora, o governo indiano tem se mostrado pouco propenso a limitar o crescimento econômico em prol do equilíbrio ambiental (VIOLA 2009: 22) e continua se valendo da orientação de Indira Gandhi de que “(nas prioridades indianas) desenvolvimento antes do meio-ambiente” (NILEKANI, 2009: 410).

Uma breve menção deve ser feita à democracia indiana e ao sistema de casta que vigora no país. Embora seja considerado como uma das principais vantagens da Índia sobre a China (ZAKARIA, 2008: 153), o sistema democrático indiano tem tido dificuldades em lidar com a diversidade étnica no país. Estima-se que existam mais de 3000 castas diferentes na Índia, sendo que 16% da população do país é formada por Dalits, os chamados intocáveis que possuem poucas oportunidades e mobilidade social. As castas mais elevadas correspondem a apenas 15% da população, mas ocupam a grande maioria dos importantes cargos públicos e das vagas nas universidades (KANDAR, 2008: 283).

A Índia também conta com uma população de cerca de 150 milhões de muçumanos, com uma convivência difícil com maioria hinduísta. De fato, o conflito entre hinduístas e muçumanos é freqüentemente estimulado pelo governo. Em 2002, Narendra Modi, destacado membro do partido nacionalista Bharatiya Janata (PBJ), comandou um massacre de muçumanos em Gujarat, tendo, inclusive, fornecido listas de eleitores e outros registros governamentais aos hindus para facilitar a identificação de residências muçumanas (KANDAR, 2008: 285). O PBJ esteve no poder entre 1998 e 2004, período no qual a Índia testou seus primeiros artefatos nucleares, seguida logo depois pelo Paquistão.

Por trás de todos os problemas mencionados anteriormente subjazem as fraquezas do governo indiano. Dadas as dimensões geográficas e populacionais do país, o governo federal indiano é

pequeno e ineficiente, com um orçamento similar ao da Noruega (KHANNA, 2008: 358). O governo é acusado de submeter-se aos interesses de minorias organizadas – castas superiores, donos de terras e sindicatos poderosos – e de ser composto por criminosos – um quinto dos membros do Parlamento Indiano foi acusado de algum crime (ZAKARIA, 2008: 155). A corrupção é endêmica tanto no legislativo quanto no judiciário (GUHA, 2008: 676). Por fim, nos últimos vinte anos, a democracia indiana tem sido caracterizada pelo poder de líderes regionais fortes e pelo culto à personalidade dos políticos. Guha (2008: 679) afirma que a Índia se transformou, a partir da morte de Indira Gandhi, em uma democracia populista, na qual o poder dos partidos cede espaço ao domínio das personalidades.

O presente artigo pretendeu explorar brevemente as principais dimensões da ascensão indiana ao status de potência do século XXI. Claro está que importantes desafios se colocam frente ao país asiático na sua busca por uma maior participação no cenário internacional. Não obstante os importantes avanços indianos nos campos econômico e social, o país parece ter um longo caminho a percorrer no sentido de superar seus problemas internos, condição importante para uma atuação mais assertiva no sistema internacional. No entanto, o sentido de esperança no futuro que a Índia experimenta é inédito, justificando a afirmação de Nandan Nilekani – fundador da infosys, gigante da informática indiana – de que “a Índia pode estar finalmente deixando de ser apenas uma promessa” (NILEKANI, 2009: 463)

Bibliografia

- GUHA, Ramachndra. *India After Gandhi*. Nova York: Harper Perennial, 2008.
- KAMDAR, Mira. *Planeta Índia*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- KHANNA. *Parag. O Segundo Mundo*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.
- NILIKANI, Nandan. *Imagining India: The Idea of a Renewed Nation*. Nova York: Penguin Press, 2009.
- PANAGARIYA, Arvind. *India: The Emerging Giant*. Londres: Oxford Press, 2008.
- VIOLA, Eduardo. *O Brasil na Arena Internacional da Mitigação da Mudança Climática*. Disponível em: http://www.cindesbrasil.org/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=161&Itemid=47. Acesso em: 23 de julho de 2009.
- ZAKARIA, Fareed. *O Mundo Pós-Americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Recebido em 24/07/2009

Aprovado em 27/07/2009

Resumo: O artigo procura abordar os principais elementos da ascensão indiana ao status de potência do século XXI, bem com os seus desafios.

Abstract: The article seeks to approach the main aspects of Indian ascension to the status of 21st century power, as well as its challenges.

Palavras-chave: Índia; mercados emergente; economia internacional

Key words: India; Emerging Markets; international economy



Os dez anos do Euro: passado de orgulho, futuro de incertezas

Euro at ten: past of pride, future of uncertainty

PATRÍCIA NASSER DE CARVALHO*

ELÓI MARTINS SENHORAS**

Meridiano 47 n. 108, jul. 2009 [p. 14 a 15]

A criação de um espaço monetário único entre Estados soberanos e politicamente independentes é um fenômeno com poucos paralelos históricos, o que torna os dez anos de surgimento do *euro* em um marco significativo nos processos de integração regional.

O surgimento da moeda única chamada *euro* nada mais foi que um dos pilares econômicos dentro de uma trajetória maior de convergência e cooperação entre os países europeus desde o final da Segunda Grande Mundial no multifacetado processo de integração regional que hoje consubstancia a União Européia.

Firmado por chefes europeus de Estado em 1992, o *Tratado de Maastricht* transformou-se em um ponto decisivo para a estratégia de integração monetária através de um *enfoque gradualista* de transição rumo a uma zona monetária.

Na primeira etapa, os países do Sistema Monetário Europeu (SME) aboliram todos os controles de capitais que ainda persistiam, e foi aumentado o grau de cooperação entre os Bancos Centrais.

Na segunda etapa foi criado o Instituto Monetário Europeu (IME), precursor do Banco Central Europeu (BCE), que tinha por funções o reforço da cooperação dos Bancos Centrais Nacionais.

Na terceira etapa foram fixados os câmbios entre as distintas moedas nacionais de forma irrevogável e o BCE começou a operar, emitindo a moeda européia, que se converteria em uma divisa de pleno direito.

Em 1999, na terceira etapa, a transição para a moeda única foi realizada inicialmente por 11 países

que a utilizavam apenas na contabilidade empresarial como uma divisa virtual de referência durante os dois primeiros anos.

O euro somente entrou em circulação enquanto papel moeda e moedas metálicas a partir de 2001, e desde então, a União Européia se expandiu por meio de adesões principalmente originadas da Europa Oriental. Dos 27 países-membros que aderiram ao processo de integração regional da União Européia, 16 aderiram ao euro, conformando assim uma zona monetária única.

A formação desta zona monetária única trouxe uma representativa inflexão geopolítica para o continente europeu desde a derrubada do Muro de Berlim e do fim da União Soviética, uma vez que estes eventos trouxeram a desmontagem de estruturas do passado, enquanto que o euro engendrou uma ousada aposta no futuro que têm sido importante junto a outras políticas para retirar o continente de uma situação de perda de dinamismo econômico desde os anos 1980 conhecida como *euroesclerosis*.

Passados dez anos desde o seu surgimento, a centralidade do euro como divisa nas relações econômicas internacionais atesta para um sucesso de empreendimento para sair da crise européia, que se via com cautela em 1999, pois de fato, a moeda comum tornou-se a expressão máxima do desdobramento histórico da cooperação européia, cujo processo gerou a superação de divergências e obstáculos de toda ordem à integração por mais de cinquenta anos.

Este desempenho afirmativo vai em desencontro às previsões dos economistas mais céticos, especial-

* Economista e doutoranda pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (patinasser@yahoo.com.br).

** Professor assistente do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima – UFRR (eloi@dri.ufrr.br).

mente da Inglaterra e dos Estados Unidos à época do lançamento do euro, que não estavam convencidos de que a moeda única conseguiria vingar ou, mesmo se conseguisse, não perduraria.

Os dez anos do euro mostram que gradativamente os representantes dos Bancos Centrais dos Estados membros conseguiram superar os prognósticos mais sombrios, diagnóstico este que também contradiz a crença dos cidadãos europeus quanto ao futuro da participação do euro no sistema monetário internacional à época de seu lançamento.

O mérito da moeda única está ainda no fato de que, no início do século XXI, o euro se transformou rapidamente na segunda moeda de referência do Sistema Monetário Internacional e alcançou alto valor no mercado financeiro. Aos dez anos, o euro é capaz de proporcionar menores riscos aos investimentos e maior estabilidade monetária em função dos mecanismos de coordenação cambial nas economias européias em relação a períodos anteriores.

A despeito do sucesso relativo do euro ao longo destes 10 anos, a adesão de países com características distintas na União Européia complexifica a zona monetária do euro e por isso torna menos clara a capacidade amortecedora frente às crises, demonstrando que apesar dos sinais positivos da união monetária é necessário uma boa dose de sobriedade, por dois motivos.

Em primeiro lugar, se nominalmente no campo monetário-financeiro o êxito do euro é evidente, na economia real o seu desempenho se apresenta mais preocupante uma vez que a moeda única ainda não resultou em um crescimento econômico mais efetivo nos países que a adotaram. Por um lado, a valorização do euro trouxe o fortalecimento no âmbito do Sistema Monetário Internacional nos últimos anos, embora, por outro, tenha provocado efeitos negativos para o comércio internacional de muitos Estados membros da União Européia, com grande impacto na demanda por exportações, componente importante para o crescimento de uma economia.

Em segundo lugar, a coincidência do aniversário dos dez anos do euro com os sinais da crise financeira internacional fez arrefecer as celebrações do

aniversário de 10 anos uma vez que desde o colapso do banco norte-americano Lehman Brothers, em setembro de 2008, que transbordou as fronteiras norte-americanas, os países europeus passaram a sofrer com as tempestades financeiras, embora em menor medida do que a economia estadunidense.

A situação de incertezas em que se encontra a União Européia a “divide” em dois grupos nesse momento: de um lado, os Estados fundadores que questionam, cada vez mais, a eficiência do fragmentado sistema comunitário de regulação financeira e, até mesmo, se a associação ao euro realmente vale à pena, tendo em vista os riscos que oferecem as economias orientais. De outro, os países da Europa Central e Oriental, tradicionalmente mais instáveis, em degradante situação macroeconômica, tanto do setor pública, quanto do privado.

O decenário é um momento impar na história do euro pois ao demarcar uma celebração de sucesso atesta o que pode ser considerado o maior desafio desde o seu lançamento: enfrentar a crise internacional e, ao mesmo tempo, balancear necessidades tão distintas dos Estados membros, por meio de uma política monetária comum, sem tornar o continente europeu em uma colcha de retalhos.

Recebido em 05/07/2009

Aprovado em 09/07/2009

Resumo: O presente artigo objetiva analisar os dez anos da trajetória histórica da mais significativa integração monetária mundial em escala e escopo tomando como referência a centralidade geoeconômica do euro nas relações internacionais de cooperação interestatal.

Abstract: This paper aims the analyses of the performance of the most important monetary integration in scale and scope in the world taking for granted euro geoeconomics centrality in the international affairs of state cooperation.

Palavras-chave: Euro, Europa, integração monetária

Key words: Euro; Europe; monetary integration



Modernidade-mundo insustentável

Modernity-world unsustainable

ALBERTO TEIXEIRA DA SILVA*

Meridiano 47 n. 108, jul. 2009 [p. 16 a 17]

No rastro da razão iluminista, o projeto modernizador do capitalismo exprime uma tendência inexorável: a reprodução dos bens materiais e espirituais da burguesia, como *locus* da acumulação para além das fronteiras nacionais, consagrando o mercado mundial como arena privilegiada do processo civilizatório. A modernidade-mundo apresenta nuances progressivas da construção avassaladora do capitalismo na era da globalização. Do Estado-Nação como emblema da nova racionalidade política aos contornos da emergente sociedade global multidimensional, a modernidade é refundada e permanentemente desconstruída como base cognitiva do mundo no século XXI.

Dos escombros da primeira modernidade (industrial) e suas promessas de progresso e felicidade, emerge uma modernidade de risco, distribuidora de malefícios e turbulências. Assim Ulrich Beck assinala esta passagem logo no primeiro capítulo do seu livro *La sociedad del riesgo*: “Na modernidade avançada, a produção social de riqueza é sistematicamente acompanhada por uma produção social de riscos. Portanto, os problemas e conflitos de partilha da sociedade de carência são substituídos pelos problemas ou conflitos que surgem da produção, definição e repartição dos riscos produzidos de maneira científico- técnica”.

Estamos envoltos numa época histórica marcada por outra modernidade, radicalizada pela revolução nanotecnológica, convergência da parafernália comunicacional, consumismo frenético de bens e expansão ilimitada das forças produtivas. Sob o signo das rápidas transformações e mudanças paradigmáticas está se globalizando um capitalismo multifacetado e imprevisível. Para compreender a intensidade da crise atual de dimensões planetárias,

é fundamental refletir o imbróglio dos tempos hodiernos, configurando redemoinhos e dúvidas projetadas pela sociedade global.

A interdependência crescente entre blocos econômicos, sistemas produtivos transnacionais e as diferentes esferas da experiência humana tem sido a marca registrada da sociedade contemporânea, interligando saberes e processos societais. Na década de 1960, o sociólogo canadense Marshall McLuhan cunhou a metáfora ‘aldeia global’ para designar mudanças e percepções derivadas da revolução dos meios de comunicação, sobretudo a partir da televisão, antevendo aquilo que outro sociólogo, o espanhol Manuel Castells iria definir no final do Século 20, a partir das novas tecnologias – o paradigma informacional.

Ondas ininterruptas de inovações e *insights* movem comportamentos, estilos de vida, padrões de produção e consumo, recriam-se identidades e simbolismos para designar uma era de conexões e interatividades globais, potencializada pela internet e redes (*networks*) tecidas no ciberespaço. Esses acontecimentos trazem uma sensação crescente e estonteante de transições fundamentais na aurora do terceiro milênio. Como lembra Milton Santos, geógrafo brasileiro cujo reconhecimento ultrapassa linhas territoriais, intelectuais e lingüísticas, “acelerações são momentos culminantes na História, como se abrigassem forças concentradas, explodindo para criar o novo”.

A anatomia dessa admirável *modernidade líquida* (para usar a expressão emblemática de Zygmunt Bauman) reside numa sociedade prenhe de inseguranças, transfigurada por laços efêmeros, sociabilidades fragi-

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (alberts@superig.com.br).

lizadas e contraditórias, engravidada de riscos cruciais e desafios decisivos. Estamos na encruzilhada de um modelo civilizatório perdulário que nos empurra para o abismo, embora se acredite na luz no fim do túnel. A dinâmica geopolítica mundial hegemonizada por um seleto grupo de países espelha uma arquitetura de governança assimétrica em termos de recursos de poder, estágios de desenvolvimento e perspectivas de futuro, ignorando a construção de pilares éticos globais que garantam a consolidação de valores perenes e efetivamente civilizatórios, como a paz, tolerância, democracia e cooperação para o desenvolvimento duradouro equitativo e justo entre os povos.

Desordens climáticas marcadas por catástrofes socioambientais – fenômenos contrastantes e arrasadores como enchentes, secas, invernos e verões rigorosos e extremos de temperatura, que ora castigam as regiões norte, nordeste e sul do Brasil, assim como outros países em proporções diversas – aliam-se aos dramas cotidianos da violência, pobreza, corrupção, stress urbano, marginalidade e degradação sociopolítica. Estas situações caóticas estão se reproduzindo no espaço global (que inclui o local) pela lógica da racionalidade instrumental, colonizada pela visão econômica do crescimento ilusório e de modelos supostamente progressistas fundados no padrão de bem estar ocidental. Enfim, um cenário que retrata a barbárie contemporânea. A modernidade do século

XXI tornou-se perigosa e insustentável num mundo gravitado por desesperanças e incertezas.

Recebido em 09/07/2009
Aprovado em 13/07/2009

Resumo: Outra modernidade está alterando as formas de convivência da sociedade contemporânea. Dos escombros da primeira modernidade (industrial) e suas promessas de progresso e felicidade, emerge uma modernidade de risco, distribuidora de malefícios e turbulências. Desordens climáticas aliadas às diversas manifestações de desigualdades sociais e alienações cotidianas tornam a modernidade do século XXI perigosa e insustentável.

Abstract: Another modernity is changing the ways of living in contemporary society. From the rubble of the first modernity (industrial) and their promises of progress and happiness, emerges a modernity of risk, distributor of turbulence and damages. Climatic disorders associated to many manifestations of social inequality and daily alienation make the modernity of the XXI century dangerous and unsustainable.

Palavras-chave: modernidade; risco; desordens climáticas

Key words: modernity; risk; climatic disorders



Aproximação China-Taiwan: objetivo consensual, a forma não

China-Taiwan approach: consensual aim, but not on how is dealt

ALEXANDRE RATSUO UEHARA**

MOISES LOPES DE SOUZA**

Meridiano 47 n. 108, jul. 2009 [p. 18 a 20]

Taiwan voltou ao centro da atenção internacional em julho por causa da troca de correspondências entre os presidentes da China, Hu Jintao, e de Taiwan, Ma Ying-jeou. Em outra perspectiva pode-se dizer que a China continua ocupando espaços nas manchetes internacionais. O destaque foi a troca de mensagens foi motivada pela vitória de Ma Ying-jeou ao posto de líder do Partido Kuomintang (KMT). Essa foi a primeira comunicação entre representantes dos governos de Pequim e Taipei depois de 1949, ano em que Chiang Kai-shek se exilou na ilha e refletiu a uma importante mudança na política externa do atual presidente taiwanês em relação ao seu antecessor.

Taiwan, uma ilha menor que o estado da Paraíba, tem sua inserção internacional influenciada, desde 1949, pela relação China-Estados Unidos. Durante a Segunda Guerra Mundial (II GM) o presidente da China, Chiang Kai-shek, era o parceiro estratégico de Washington na Ásia. Mas, ao final da II GM, os comunistas assumiram o poder no continente e o aliado dos EUA fugiu para Taiwan. E, até o início da década de 1970, apesar do governo de Pequim ter uma abrangência territorial muito superior a de Taipei, era o governo taiwanês que representava a China nos fóruns internacionais.

O governo da China, por sua vez, desde 1949, jamais aceitou essa situação e tinha o entendimento de que Taiwan deveria ser “libertada” pelo meio da força, pois era uma província rebelde que deveria ser restaurada à “Terra Mãe” (WACHMAN, 2007). Para isso, o Partido Comunista Chinês (PCC) defendia o uso

da força e as campanhas militares nas crises das “ilhas offshore”, em 1950, são exemplos dessa disposição. Mas, no início dessa década, houve a Guerra da Coreia (1950-1953) – episódio importante nas relações entre os EUA e a China, pois foram, respectivamente, aliados militares importantes das forças da Coreia do Sul e da Coreia do Norte. Esse episódio fez com que a preocupação chinesa na defesa da Coreia do Norte – estado “tampão” – adiasse a retomada de Taiwan.

Na década de 1960, o equilíbrio geoestratégico internacional começou a se transformar com a dissolução da aliança sino-soviética e o interesse dos EUA em enfraquecer a ex-URSS. A política externa norteamericana em relação à China modificou-se passando a buscar uma aproximação. Em 1971, a representação na Organização das Nações Unidas (ONU) foi transferida de Taiwan para a China e, com isso, a comunidade internacional de maneira geral passou a reconhecer o governo de Pequim como o “legítimo” representante chinês. Esse processo abriu caminhos para uma aproximação sino-americana, simbolicamente representada pelas visitas de Henry Kissinger e depois do Presidente Nixon a Pequim em 1971.

A aproximação fez com que o Partido Comunista Chinês desenvolvesse a “soft strategy”, prevalecendo a proposta de Deng Xiaoping de “um país, dois sistemas”. A partir de janeiro de 1979 o termo “libertação” foi abandonado em favor da bandeira de uma reunificação pacífica. Em 1981, o líder do Congresso Nacional do Povo, Marshal Ye Jiannying, anunciou a proposta de “nove pontos” na tentativa de levar o

* Doutor em Ciência Política, Professor de Relações Internacionais nas Faculdades Integradas Rio Branco, Membro do Grupo de Conjuntura Internacional da USP – Coordenador da área Japão, Pesquisador Sênior do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais – USP, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Estudos Japoneses (aruehara@usp.br).

** Mestrando em Relações Internacionais na *National Chengchi University* em Taiwan.

partido Kuomintang à mesa de negociações. Pequim acreditava que se mantivesse Taipei sobre pressão diplomática constante e aumentando seu isolamento, seria uma questão de tempo a retomada da ilha sem um embate militar, principalmente com os Estados Unidos (WACHMAN, 2007).

Em Taiwan, Chiang Kai-shek do partido KMT, exilado e sob o constante temor de uma invasão da China, desenvolvia desde 1949 um governo autoritário, aplicando a lei Marcial que suspendia vários direitos dos cidadãos. Esse autoritarismo começa a enfraquecer em 1971, com a transferência da cadeira na ONU para China. Também contribuiu para a fragilização a morte de Chiang Kai-shek, em 1975, e a ascensão de seu filho Chiang Ching-kuo – mais liberal – em 1978. O governo de Taiwan foi afetado ainda mais pela declaração dos EUA, em janeiro de 1979, de que a ilha era parte da República Popular da China. Essa debilidade era vista por Pequim, conforme imaginado anteriormente, que a aproximação do governo Taipei era uma questão de tempo.

Chiang Ching-kuo sob pressão também dos EUA para democratização da ilha, vê o aparecimento do Partido Progressista Democrático (PPD) e a derrubada da Lei Marcial em 1987. Ching-kuo falece em 1988, assume a presidência Lee-Teng Hui. No governo de Hui houve intensificação e avanços nos diálogos sino-taiwaneses e foram criadas duas agências semi-oficiais para promoção do intercâmbio bilateral: a *Straits Exchange Foundation* por Taipei, em novembro de 1990, e a *Association for Relations Across the Taiwan Strait*, criada pelo PCC, em dezembro de 1991.

No entanto, Lee-Teng Hui, apesar de pertencer ao KMT, nascido na ilha, tinha fortes raízes étnicas taiwanesas. Com isso, após um início de diálogo com a China, passou a desenvolver uma política de maior autonomia buscando quebrar o isolamento diplomático imposto pela China desde a década de 70. Em 1993, Hui inicia uma campanha por um assento na ONU para Taiwan. Essas ações conduzem ao retorno das tensões e o PCC, sob a liderança de Jiang Zemin desde 1989, retoma a idéia da *“hard strategy”*. A China volta a defender políticas militares de persuasão para impor a unificação e os exercícios militares como os lançamentos de mísseis próximos a

costa de Taiwan, por exemplo, em 1995 e 1996, são demonstrações dessa (WACHMAN, 2007).

Fica evidente que, independente da forma, em nenhum momento a recuperação de Taiwan deixou de ser defendida pela China, pois a ilha é considerada política, econômica e, principalmente, estrategicamente muito importante. A recuperação envolve uma perspectiva de legitimação do PCC e a reunificação, sob o princípio “de uma só China”, é um elemento defendido como parte da identidade chinesa que foi dividida com a separação de Taiwan. Portanto, o conceito de “soberania indivisível” é o fundamento de todas as ações políticas chinesas, que se questionado pode conduzir ao confronto, que em última instância seria para o PCC o encerramento de um processo que começou com a grande marcha liderada por Mao Zedong em 1934.

Entretanto, a estratégia desenvolvida pela China atualmente, cunhada de *“The soft gets softer”*, apresenta características novas e pacíficas, com a finalidade de conquistar corações e mentes taiwaneses. A nova abordagem começou a ser sentida a partir de 2005, quando iniciativas de cunho cultural para promoção de laços com Taiwan passaram a ser acompanhadas pelo aprofundamento de parcerias econômicas. Temos como exemplo de tratamento diferenciado para a Taiwan, a permissão aos seus estudantes do pagamento de taxas nos mesmos moldes dos estudantes chineses (*“in-state tuition”*), ou seja, são taxas universitárias mais acessíveis que aos estudantes de outras nacionalidades; aumento do prazo de permanência na China para jornalistas; e, na área econômica, em 2006, quando os preços da banana no mercado mundial caíram abruptamente, foi dado um tratamento especial à produção taiwanesa, com a manutenção dos preços e dos volumes de importação.

Apesar dessa nova política, a tendência nacionalista de Chen Shui-bian, presidente de Taiwan por dois mandatos (2000 a 2008), dificultava entendimentos entre os dois governos. As relações começam a mudar com a vitória de Ma Ying-jeou nas eleições de 2008, que marcou também a volta do KMT ao poder.

Ma é um político que defende mais negociação e menos tensão nas relações com a China. Já em abril

de 2008, um mês antes da posse de Ma Ying-jeou, mudanças nas relações Pequim-Taipei podiam ser observadas, pois, nesse mês, durante o Fórum Econômico Internacional, o presidente chinês, Hu Jintao, se encontrou com o vice-presidente eleito de Taiwan, Vicent Siew, na ilha de Hainan. Em novembro desse ano foram firmados acordos entre China e Taiwan na área de transporte para possibilitar maior volume de negócios; houve a isenção de imposto de importação para mais de 100 produtos e também a ampliação no número de vôos diretos entre os dois países.

Portanto, as trocas de mensagens em julho de 2009, entre Hu Jintao e Ma Ying-jeou, ratificam a nova realidade bilateral. Consensualmente, entende-se boas relações entre esses dois atores contribuem para estabilidade na região. De acordo com dados da pesquisa da *Mainland Affair Council* de Taiwan, divulgados em 14 de julho de 2009, mais 70% dos taiwaneses apóiam as negociações bilaterais, mas nem todos estão satisfeitos com a forma. Em Taiwan, há oposição e críticas em relação a condução da aproximação Pequim-Taipei, por estar muito centralizada na figura do presidente taiwanês e por ser pouco transparente foi apelidada, pelos líderes do Partido Progressista Democrático, como "*Secret Diplomacy*".

Apesar de algumas restrições quanto à forma, a tendência é de aproximação por três fatores presentes no momento: a disposição do governo de Taiwan, o

fortalecimento internacional e interesse da China e a debilidade relativa e interesse dos EUA. Assuntos para outro artigo.

Bibliografia

- MINISTER OF THE MAINLAND AFFAIRS COUNCIL. *The Current Stage of Cross-Strait Relations and the ROC Government's Mainland China Policy*. July 14, 2009. Disponível em: <http://www.mac.gov.tw/english/index1-e.htm>. Acesso em 28/Jul/09
- WACHMAN, Alan M. *Why Taiwan? Geostategic Rationales for China's Territorial Integrity*. Stanford: Stanford University Press, 2007. 272p.

Recebido em 27/07/2009

Aprovado em 29/07/2009

Resumo: Este artigo analisa a tendência de aproximação nas relações China-Taiwan.

Abstract: This article analyzes the trend of new approach in the China-Taiwan relations.

Palavras-chave: Relações China-Taiwan, Ásia, Política Externa.

Key-words: China-Taiwan Relations, Asia, Foreign Policy



Para onde foi o efeito balão?

Where is the balloon effect?

LUIZ ANTÔNIO GUSMÃO*

Meridiano 47 n. 108, jul. 2009 [p. 21 a 24]

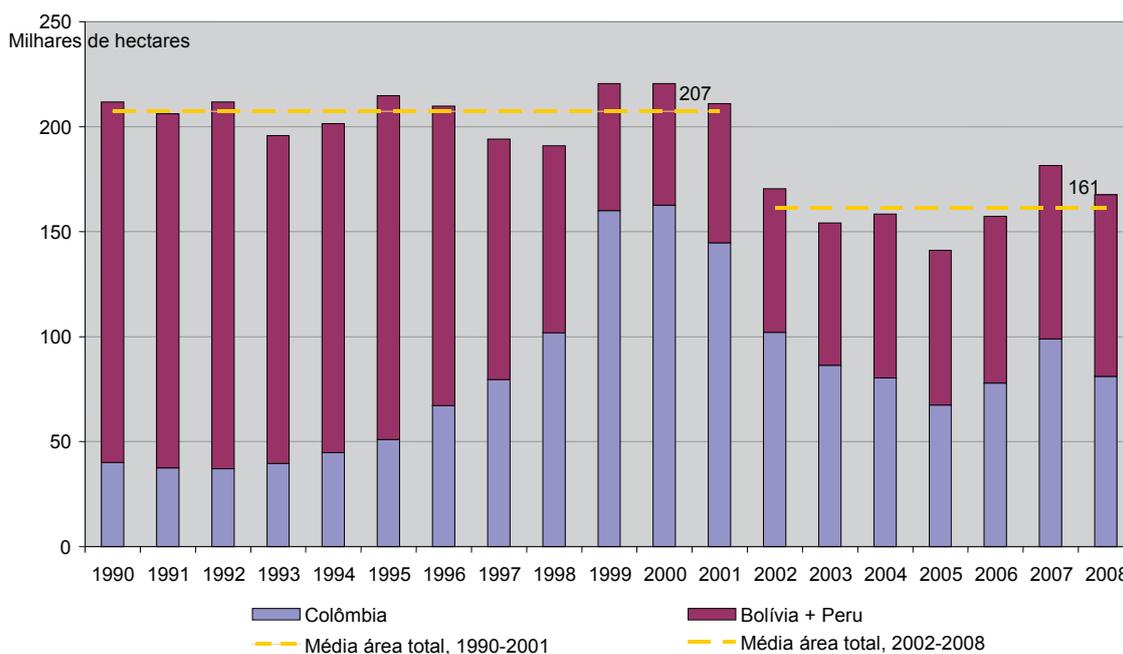
O último relatório sobre o monitoramento dos cultivos de coca nos países andinos foi divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Droga e o Delito (UNODC, na sigla em inglês), em junho passado. Ele traz a notícia de que a área de cultivo total em 2008, puxada pela redução de 18% na Colômbia, alcançou 167,6 mil hectares (8% a menos que em 2007). Por sua vez, Peru e Bolívia voltaram a registrar crescimentos moderados de 4% e 6%, respectivamente.

Um olhar apressado sobre esses dados poderia levar a crer que o chamado “efeito balão” (a transferência do cultivo de coca para países vizinhos, em resposta a medidas de repressão em outro) estaria ocorrendo no sentido inverso ao dos anos 90: agora, a erradicação da matéria-prima da cocaína na Colômbia

estaria sendo acompanhada pelo aumento de seu cultivo no Peru e na Bolívia. Contudo, se observarmos mais detidamente a série histórica em conjunto, chegaremos a conclusões bem diferentes.

O gráfico 1 ilustra a modificação que a estrutura dessa indústria ilegal sofreu ao longo da década de 1990, quando o termo “efeito balão” foi cunhado para descrever a escalada da Colômbia (a partir de 1993), paralelamente ao declínio dos vizinhos. Isso se processou de tal forma, que a área total de cultivo entre 1990 e 2001 manteve-se próxima ao patamar médio de 207 mil ha. Contudo, a partir de 2002, um novo padrão se configura: esse ano marca a redução em 22% do patamar, que cai para 161 mil ha (de 2002 até hoje).

Gráfico 1
Cultivo de coca nos países andinos, 1990-2008

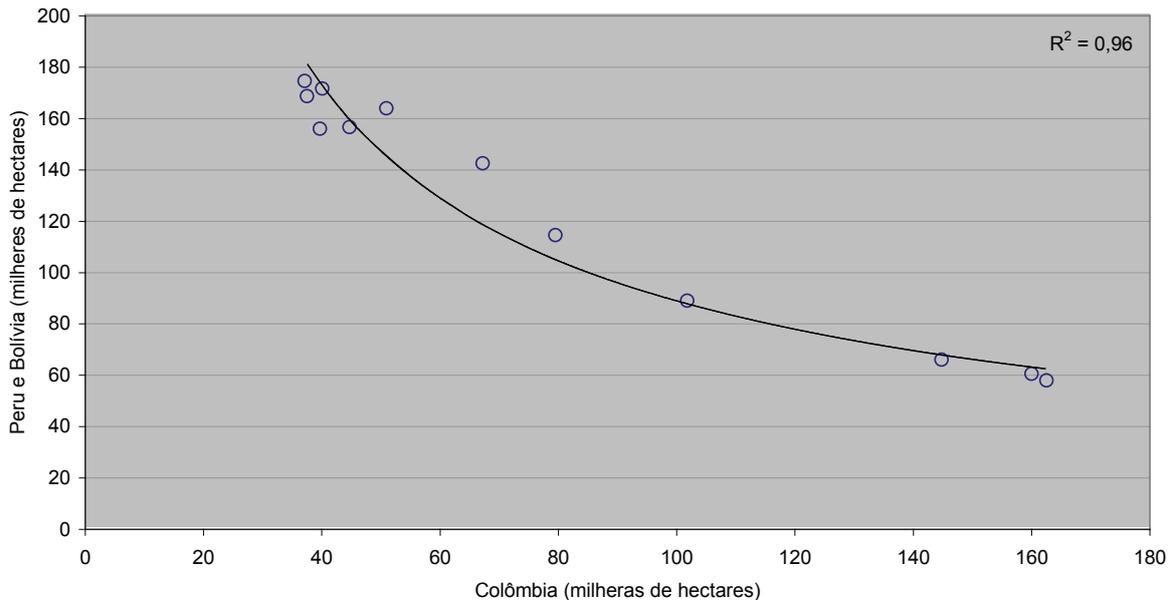


Fonte: UNODC (vários anos). Relatórios sobre cultivo de coca.

* Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ (luizgusmao@gmail.com).

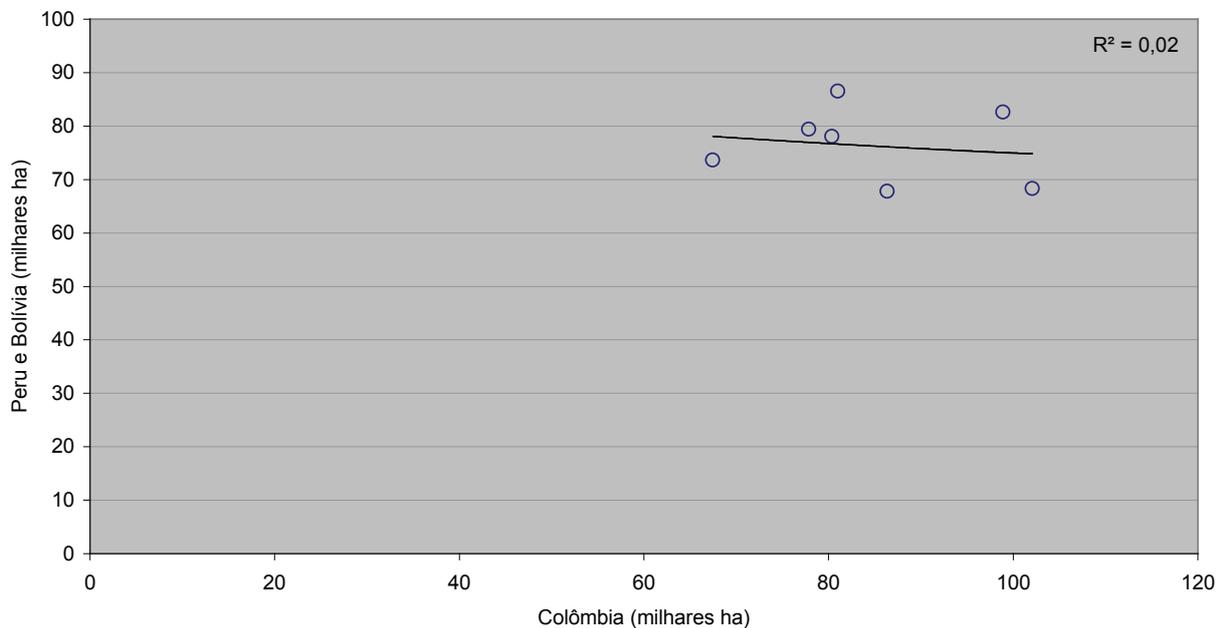
Se observarmos as correlações entre as áreas nesses dois períodos, teremos uma demonstração ainda mais expressiva do fim do efeito balão. Efetivamente, como vemos na dispersão abaixo (gráfico 2), entre 1990 e 2001, há uma alta correlação negativa entre as áreas de cultivo: seu aumento na Colômbia corresponde à redução na Bolívia e no Peru em conjunto.

Gráfico 2
Correlação entre áreas de cultivo na Colômbia e a soma das áreas de cultivo de Peru e Bolívia, 1990-2001



O gráfico 3, por sua vez, abrangendo o período de 2002 a 2008, conta-nos outra história. Aqui, o chamado “efeito balão” desaparece: não se observa mais correlação entre o crescimento e a redução das áreas de cultivo. Temos, portanto, uma mudança no padrão da produção de coca nos países andinos que não pode ser explicada pela simples metáfora do “efeito balão”. Qual seria a causa disso?

Gráfico 3
Correlação entre áreas de cultivo na Colômbia e soma das áreas de cultivo em Peru e Bolívia, 2002-2008



Em primeiro lugar, poderíamos apontar para a mudança tanto qualitativa como quantitativa das relações bilaterais entre Colômbia (o maior produtor de coca) e os EUA (o consumidor de cocaína). Até a década de 1990, a ajuda norte-americana à Colômbia concentrava-se em consistia em pacotes antidroga (recursos para melhoria da capacidade policial e judicial das instituições nacionais no combate ao narcotráfico). O governo colombiano insistia em manter separados os dois temas do narcotráfico e da insurgência, como forma de resistir a pressões pela intervenção norte-americana e preservar a possibilidade de uma saída política para o conflito.

Com a vinculação crescente entre o narcotráfico e os grupos armados, a resistência à participação dos EUA no conflito colombiano diminui e iniciativas bilaterais de combate às drogas passam a se concentrar em programas de cooperação estratégico-militar. O fracasso das negociações de paz no governo de Andrés Pastrana (1998-2002) e a reorientação da política externa após 11 de Setembro, forneceram o estímulo e a oportunidade para ampliação da ajuda norte-americana no combate às drogas, que passa a ser explicitamente associado ao combate ao terrorismo.

A brusca redução de patamar a que nos referimos coincidiu com a implantação do Plano Colômbia em 2001, que destinou amplos recursos dos EUA para cooperação militar no combate ao narcotráfico e aos grupos armados no país. Sua consolidação e ampliação sob o primeiro governo de Álvaro Uribe (2002-2006), embora tenha enfraquecido os guerrilheiros e consolidado a presença do estado, não logrou realizar sua principal meta: a redução pela metade, em seis anos, da área aérea de cultivo de coca.

Paralelamente, enquanto a Colômbia se encaminhava para militarização do combate às drogas, a Bolívia, vendo a consolidação e ascensão do movimento cocaleiro sob a liderança de Evo Morales, fez a trajetória oposta, dirigindo-se a um marco de legitimação do cultivo de coca: a descriminalização do cultivo e consumo da folha figura na constituição; as famílias cocaleiros têm direito legal a cultivar determinada extensão terra; além do limite legal, há clara diferenciação entre cultivos para uso tradicional

e cultivos para produção de cocaína; dá-se ênfase a programas de erradicação por consenso entre os cocaleiros e o governo.

Sob governo Morales, a Constituição aprovada durante polêmica sessão parlamentar em dezembro de 2007 incorporou a descriminalização da folha de coca (artigo 384). O dispositivo afirma que “em seu estado natural, a coca não é um narcótico” e incumbe ao Estado protegê-la como uma “herança cultural, um recurso natural renovável da biodiversidade boliviana e como um fator de coesão social”, devendo regulamentar em lei sua produção, comercialização e industrialização.

Já o Peru, com um movimento cocaleiro mais desestruturado do que o boliviano e remanescentes de grupos armados bem menos ameaçadores do que os colombianos, ocupa uma posição intermediária: embora suas normas reconheçam o uso legítimo e mantenham um mercado regulado para comercialização da folha, as medidas de erradicação forçada predominam sobre programas de desenvolvimento alternativo.

Dessas observações podemos inferir que marcos regulatórios produzem efeitos diferenciados na estabilização do cultivo da coca. Aqueles mais favoráveis à legitimação dos cultivos estão associados a taxas de crescimento positivas, baixas e altamente estáveis (variação pequena ao longo do tempo). Em contraste, marcos de militarização favoreceriam taxas de crescimento negativas altas (pelo menos no curto prazo), instáveis (períodos de grande diminuição intercalados a escaladas súbitas).

A atuação de *movimentos cocaleiros* fortes tenderia favorecer ambientes mais próximos da legitimação e, por conseguinte, induzir as áreas de cultivo à estabilização em patamares relativamente menores, com baixo crescimento. Dessa forma, quanto mais organizado o movimento cocaleiro for, menor é patamar de estabilização, pois os cocaleiros teriam uma área de cultivo assegurada e a possibilidade aberta de negociar preços de venda da folha e a extensão da área para cultivo legal.

Foi, portanto, a disjunção dos marcos regulatórios da Bolívia e da Colômbia que levaram ao fim o famigerado “efeito balão” da década de 1990. Nesse

sentido, a explicação para o comportamento das áreas de cultivo deve considerar a interação de fatores domésticos que animam os processos políticos e sociais dos países em questão, refinando, assim, nosso entendimento do fenômeno e (quem sabe?) até mesmo permitindo encaminhar o problema para uma solução que não o reduza a um mero ato criminoso.

Recebido em 29/07/2009
Aprovado em 31/07/2009

Resumo: Mudança no padrão do cultivo de coca nos últimos anos evidencia operação de fatores políticos e sociais nos países andinos.

Abstract: The shift of the coca cultivation pattern in the last years evidences the operation of political and social factors in Andean countries.

Palavras-chave: Coca; Andes; Efeito balão
Key Words: Coca; Andes; Balloon Effect



Os impasses do G-8 e a reforma da governança global

The G-8 deadlock and the global governance reform

RICARDO DOS SANTOS POLETTO*

TAÍS SANDRIM JULIÃO**

Meridiano 47 n. 108, jul. 2009 [p. 25 a 27]

Depois de receber as principais lideranças mundiais em Nápoles (1994) e Gênova (2001), Silvio Berlusconi elegeu L'Aquila para realizar a 35ª edição da Cúpula do G-8. Além das oito nações mais industrializadas do mundo, participaram como convidados o G-5, grupo que reúne os chamados países emergentes, composto por África do Sul, Brasil, China, Índia e México e representantes de Angola, Argélia, Egito, Líbia, Nigéria e Senegal, que buscaram resgatar os compromissos assumidos pelas potências em Gleneagles, em 2005.

O encontro suscitou grandes temas e grandes dúvidas. Na prática, a cúpula de 2009 tem sido atualmente percebida como uma mera ponte entre os encontros do G-20. A conclusão é de que o G-8 carece de legitimidade para discutir a crise financeira, a questão central da agenda. Em primeiro lugar, porque o colapso financeiro teve origem no coração do capitalismo global. Da mesma maneira, questões como aquecimento global, pobreza crônica e comércio não podem prescindir mais da visão do mundo em desenvolvimento.

Em face da primeira contração econômica global desde o pós-Guerra, o G-8 postula ser capaz de reforçar mecanismos de cooperação e unificar estratégias. A reunião de L'Aquila foi a primeira edição do G-8 dedicada ao tema, uma vez que durante a Cúpula de Hokkaido, as potências ainda estavam preocupadas com a alta dos preços do petróleo e dos alimentos. Em pouco tempo, a agenda mudou e a questão da regulação financeira ganhou força. Os países concordam com a necessidade de uma estratégia de promoção do crescimento, aumento dos gastos públicos e intervenção no setor bancário; porém, há

dissenso quanto à urgência das medidas. O cenário de revisão dos mecanismos de governança econômica e financeira de hoje encontram identidade com as próprias origens do G-7, convocado em contexto igualmente desafiador.

O nascimento do G-7, em 1975, remonta um cenário de revisão sistêmica do funcionamento das instituições financeiras e econômicas mundiais. A economia global experimentava, então, ao lado de convulsões geopolíticas no Oriente Médio, os efeitos da primeira crise do petróleo e do ocaso de Bretton Woods, quando o fim da paridade dólar-ouro foi decretado em 1971. O mundo experimentou grandes transformações. Nesse ínterim, o G-7 mudou pouco para corresponder ao seu mandato informal. Com efeito, desde a criação do grupo, a parcela do PIB mundial sob controle das sete democracias mais ricas do planeta tem decrescido.

Houve movimentos de reação paliativa. A inclusão da Rússia, em 1997, conformando o G-8, observou critérios mais políticos que econômicos e significou um incremento no alcance de seus debates e na complexidade de sua agenda. De fato, a presença de Moscou deu maior fôlego a temas como terrorismo e energia. Contudo, o G-8 não se desvencilhou de seu caráter excludente. De toda sorte, democracia em instituições internacionais constitui uma discussão entre o justo e o desejável. Nunca o prato da balança pendeu tanto em favor da inclusão de países periféricos.

Nesse sentido, o chamado "Processo de Heiligedamm-L'Áquila", com vistas a institucionalizar o debate com o G-5 e a superar as críticas sobre sua legitimidade como instituição deliberativa, encontra

* Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (taisjuliao@unb.br)

seu curso em atualização. França e Reino Unido apóiam a incorporação do G-5. Mais recentemente, o Egito recebe apoio para integrar o seletivo grupo, mas disputa a última vaga com Indonésia, Turquia ou Nigéria.

Quando o primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh, manifestou seu descontentamento com a reunião de 2007, na Alemanha, ficou claro que a participação das economias emergentes não pode mais ser figurativa. Da mesma maneira, países como China, Índia e Brasil não estão dispostos a convocações monotemáticas sobre energia ou meio-ambiente. Para validar seu movimento de afirmação, o reconhecimento deve se dar integralmente. Nas palavras do primeiro-ministro indiano, comparecer ao fórum como mero convidado, nada mais era que “perda de tempo”.

Em outras palavras, o formato G-8 + 5 não mais contempla as necessidades do fórum. Em meio à sua maior crise de identidade, o G-8 terá nos emergentes sua sobrevivência. A ausência de Hu Jintao em L’Aquila significa, portanto, um duro golpe às pretensões do encontro. Logo, o principal bloqueio às decisões do G-8 é de origem. Quaisquer definições que não contemplem as visões da Índia e da China estão condenadas ao fracasso. A percepção desse fato motivou o novo governo norte-americano a patrocinar a voz dos emergentes.

Em paralelo, a cúpula do G-20 atraiu grande atenção e expectativa. Com o intuito de pavimentar um espaço de diálogo entre o mundo desenvolvido e os países em desenvolvimento, o grupo se revestiu de maior credibilidade, tendo em vista sua maior capacidade de refletir as diversas realidades e agendas econômicas. O primeiro encontro do G-20, realizado em Londres, em abril de 2008, foi ágil em assumir a liderança diante da crise. O próximo encontro, previsto para setembro deste ano, lança sombra sobre os compromissos assumidos pelo G-8 em L’Aquila, e pode se consolidar como fórum protagonista. Da mesma maneira, o encontro de Ecatrinburgo dos BRIC, realizado em junho deste ano, inaugurou um novo espaço de governança e, nesse sentido, configura igualmente um sintoma da proatividade do mundo em desenvolvimento em compasso com a defasagem

estrutural dos foros excludentes. Indícios de que este processo pode ter conseqüências substantivas foram observadas na própria agenda do encontro, na qual o grupo de países ensaiou discutir alternativas ao dólar.

A agenda de L’Aquila orbitou em torno de quatro temas: crise financeira, o comércio e a economia mundial; mudança climática; pobreza e desenvolvimento da África; e questões de política internacional. Com relação ao primeiro tema, a conclusão da Rodada Doha e as reformas dos sistemas de regulação financeira internacional figuraram como pontos fundamentais para a superação da crise e promoção do desenvolvimento. Também foi destacada a importância da cooperação internacional para reforçar o combate à corrupção, à evasão de divisas, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

No que diz respeito à mudança climática, o debate girou em torno de negociações sobre os índices de emissões e a necessidade de estabelecer um acordo sobre limites ao aumento da temperatura global. A inclusão na agenda do G-8 dos temas ambientais busca implementar as discussões do Protocolo de Kyoto à luz dos prazos e compromissos estabelecidos pelos países do grupo em outros fóruns globais. Com efeito, cada vez mais as questões de ordem econômica estão sendo aliadas às ambientais.

A agenda envolvendo a pobreza e o desenvolvimento da África, por sua vez, buscou evidenciar os efeitos da crise mundial naqueles países mais vulneráveis. Os líderes do G-8 encontraram-se com os representantes da Argélia, Angola, Egito, Etiópia, Líbia, Nigéria, Senegal e África do Sul. Foram manifestos o compromisso de combater a fome e a pobreza da região, além de promover assistência à saúde.

Por fim, os temas relacionados à política internacional em destaque foram: a situação do Irã; o regime de não-proliferação nuclear; a questão da Palestina; o apoio aos governos afegão e paquistanês; os ataques de piratas na costa africana; as ações de *peacekeeping* e *peacebuilding*; e os problemas políticos em Mianmar.

Em resumo, a agenda colocou em evidência os desafios globais que não podem mais ser debatidos exclusivamente pelas nações do G-8. Não houve

surpresas quanto aos resultados. A passos curtos, o encontro de L'Aquila apenas colocou em evidência o que todos já sabiam quanto às questões climática e comercial. Em antecipação aos encontros sobre Doha, cujo término foi acordado para 2010, e de Copenhague, em Dezembro. Se por um lado sua abrangência reforça a tradição de liderança dos mais ricos sobre as decisões e os problemas internacionais, por outro, demonstra a perda de legitimidade gradual que este grupo vem sofrendo desde sua formação, já que suas discussões encontram-se cada vez mais vinculadas aos encontros e à agenda do G-20 e de mecanismos informais entre países emergentes.

Recebido em 13/07/2009

Aprovado em 16/07/2009

Resumo: Este artigo propõe uma análise sobre os impasses do G-8 e sua relação com o G-20 e demais fóruns informais.

Abstract: This article aims at analyzing the G-8 deadlock and its relation with the G-20 and other informal fora.

Palavras-chave: G-8; G-20; governança global

Key words: G-8; G-20; global governance



RESENHA

The post-American World*

THIAGO GEHRE GALVÃO**

Meridiano 47 n. 108, jul. 2009 [p. 28 a 30]

Uma intrigante narrativa acerca dos prognósticos da política internacional no século 21 se mescla a uma abordagem de futurologia no mais recente livro de Fareed Zakaria. Notório pelo teor crítico de suas análises na revista norte-americana *NewsWeek*, contra a política externa do governo Bush, Zakaria pendula entre o fascínio pelos novos poderes emergentes e o otimismo acerca do futuro da democracia liberal no mundo. O argumento central de Zakaria é que estamos entrando em um mundo pós-americano, no qual China e Índia representam uma nova perspectiva na configuração global de poder, muito mais disseminado, diluído e até certo ponto democratizado. Não se trata de uma obra sobre o declínio dos Estados Unidos, mas sobre *"the rise of the rest"*.

O objetivo da obra é instigar estudiosos e leitores interessados nas relações internacionais, e nas ciências humanas em geral, a vislumbrar os delineamentos e formas de um mundo novo: inventado não na ruína imaginada de um império colossal, mas na ascensão de uma ordem de grandes possibilidades. Para tanto, o autor divide *The Post-American World* em sete capítulos, que evoluem da emergência do novo até a continuidade do tradicional propósito norte-americano de preponderância. A narrativa inclui experiências pessoais de vida, desde sua saída da Índia em 1982 até suas recentes viagens de trabalho pelos países asiáticos, onde pôde constatar as transformações operadas naquelas sociedades. Apresenta ao longo do livro um enfoque globalista muito pertinente às explicações atuais das Ciências

Humanas, mas que carece de uma visão acurada da realidade brasileira e sul-americana.

Além disso, Zakaria se dedica a construir cenários futuros mediante um discurso de ilegitimidade e desincentivo do uso da força e da violência, ao mesmo tempo em que exalta valores morais universalmente aceitos. Para ele o mundo não comporta fundamentalismos e messianismos uma vez que sociedades tradicionalistas têm passado por processos de homogeneização cultural e abertura política que desqualificam o uso do terror como meio de transformação social.

Dessa forma, o leitor é apresentado no primeiro capítulo, *The rise of the rest* à idéia de soerguimento de novos atores, como Índia, China, Brasil e África do Sul que levaram a uma modificação consistente da configuração do poder global. Nas palavras de Zakaria: *"now the giants are on the move, and, naturally, given the size, they will have a large footprint on the map"* (p. 21). Logo, trata-se de uma ordem verdadeiramente global na qual impera a difusão de poder em todas as direções, *"mas que não significa que estamos entrando em um mundo antiamericano"* (p. 5).

Ao contrário, no segundo capítulo, Zakaria usa a metáfora *The Cup Runneth Over* para representar a confluência do momento atual das relações internacionais com os interesses norte-americanos. O transbordamento do cálice parte de um ditado bíblico – significa *ter mais do que o suficiente para minhas necessidades* – e se refere ao fato de que

* ZAKARIA, Fareed. *The post-American World*. New York/London: Norton & Company, 2008. 292p. ISBN: 978-0-393-06235-9 (hardcover).

** Professor de História das Relações Internacionais do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima – UFRR e doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB. (thiago.gehre@gmail.com).

a ameaça islâmica já não assusta como nos dias e meses após os atentados de 11 de setembro de 2001, que a grande expansão engendrada pelas forças econômicas, políticas e tecnológicas auxiliam na manutenção do país no topo da hierarquia do sistema internacional e que o ressurgimento do nacionalismo como uma força desintegradora desperta a memória das benesses atreladas as capacidades produtivas da superpotência solitária. Segundo Zakaria, *“the irony is that the rise of the rest is a consequence of American ideas and actions”* (p. 48), ou seja, todas as transformações operadas no sistema sintonizam com as perspectivas pós-hegemônicas norte-americanas.

Nos três capítulos seguintes o autor discute a caracterização identitária do mundo pós-americano, colocando em foco o mundo não-ocidental, a figura desafiadora da China e a aliança com a Índia. No capítulo 3, *A Non-Western World?*, narra os périplos das sociedades não ocidentais, como China e o mundo árabe, que foram importantes pólos de poder mas que acabaram por adormecer diante do despertar ocidental. No caso da China, deixaria de ser o império dominante, deixando de herança este patamar para os europeus. Assim, o autor correlaciona cultura e poder no mundo, apontando para o fato de que um destino manifesto em exuberância e superioridade cultural não garante ascensão política indefinida. Explica que, por exemplo, os contatos dos europeus com outras culturas os fortaleceram em sua marcha para a hegemonia ao mesmo tempo em que corroeu a preponderância das culturas e civilizações estrangeiras. Da mesma forma, pontua o nascer da ordem americana como parte de um processo de expansão das idéias de ocidentalização e modernização. Gradativamente a velha ordem fenecia e um futuro ancorado na globalização e na importância da língua inglesa como meio comunicação emergia: um mundo de diversidade e exotismo, onde *“modernity becomes a melting pote”*, dirigido e equacionado segundo os ditames norte-americanos. (p. 85)

O capítulo 4, *The Challenger*, aborda a volta da China ao horizonte da sociedade internacional. O autor passa em revista o modelo de planejamento centralizado e o compasso de transformação sócio-econômica desde o governo Deng Xiaoping até

os dias do renascimento do Império do meio para afirmar ao leitor que a característica marcante da China na atualidade é uma política deliberada de não-interferência e não-confrontação, uma espécie de camuflagem de sua importância internacional (*hiding its light*). Além disso, Zakaria correlaciona o pensamento confucionista e a formulação de política exterior, mostra as dificuldades de se construir uma imagem não ameaçadora do país, devido ao tamanho e ao peso chinês na economia-política internacional e finaliza com um panorama sobre as relações bilaterais China-EUA, de intrincadas indefinições mas de grande potencialidade.

O capítulo 5 inverte a lógica de pensamento e apresenta o aliado norte-americano no cenário asiático. *The Ally*, traz uma discussão sobre o papel da aliança entre a Águia (EUA) e a Vaca (Índia), apontando para o fato de existirem laços culturais e sociais que ligam as duas nações. Além disso, exalta o acordo estratégico na área nuclear, que capacitará o país a assumir novos compromissos na era da globalização e a responder aos ditames geopolíticos de uma vizinhança insegura e instável. Entretanto, Zakaria alerta para o fato de que os indianos ficariam desconfortáveis com qualquer denominação do tipo aliado principal ou parceiro especial dos EUA na Ásia. Ademais, um gargalo do poder indiano vem do fato de que *“India is a strong society with a weak state... India’s political system is weak and porous and thus not well equipped to play its rightful role in this new world”*. (p. 161/p.166)

O autor avança, então, para decantar o conhecimento acerca do poder e propósito dos EUA no mundo. *American Power*, tema do sexto capítulo, apresenta a transição de um momento vitoriano, de hegemonia britânica, para o estabelecimento da *pax americana*. A relevância está no fato de que *“there are many contemporary echoes of Britain’s dilemmas”*. Portanto, de acordo com Zakaria o principal aspecto de ligação entre as histórias dos dois países, a deterioração econômica irreversível que assolou a Grã-Bretanha desde fins do século 19, não se repete no caso atual dos EUA. Para ele o futuro da humanidade está nos EUA, que deverá apenas ajustar-se e adaptar-se às mudanças – como na valorização da

educação de nível médio – para permanecer como a nação mais poderosa. Como afirma o autor, “*the USA has one crucial advantage over Europe and most of the developed world. The United States is demographically vibrant*” e a sua economia e sociedade “*are capable of responding to the economic pressures and competition they face*”. (p.196/p. 214)

No último capítulo, Zakaria apresenta um guia simples, de seis elementos, de como operar neste novo mundo. Primeiro, *escolha*: priorize quais são seus interesses centrais e faça amplas escolhas estratégicas sobre onde focar suas energias e atenções; segundo, *construa regras amplas*: restabeleça compromissos com as instituições de solução de controvérsias e aja conforme as regras que você mesmo criou. Terceiro, *seja Bismarck e não a Inglaterra*: enquanto a Inglaterra movimentou-se pelo mecanismo do equilíbrio de poder, a Alemanha de Bismarck buscou a concertação diplomática com todos os grandes da Europa. Quarto, *ordem à la carte*: a solução da instabilidade e do conflito não está necessariamente em uma superpotência, mas em arranjos sociais de menor envergadura que também se proponham àquela finalidade. Quinto, *pense assimetricamente*: vive-se em uma era em que respostas assimétricas de atores diversos (cartéis de droga, sindicatos do crime, migrantes, terroristas) se tornaram mais fáceis de realizar e difíceis de combater. Sexto, *legitimidade é poder*: legitimidade permite organizar agendas, definir crises e mobilizar suporte para políticas entre governos e atores não governamentais.

Fareed Zakaria alterna boas idéias e reificações de conceitos em sua descrição do mundo pós-americano. Conceitualmente, o livro avança ao apontar uma nova forma de conceber a ordem internacional no

século XXI. Autores como Richard Haas e Jonh Lewis Gaddis têm se esforçado em periodizar e redefinir os momentos após o colapso soviético e os atentados ao WTC. Fareed Zakaria contribui ao agregar uma nova perspectiva às discussões já em voga. Assim, a idéia de um mundo pós-americano é adequada do ponto de vista teórico, pois se articula com o discurso pós-moderno, e é operacional do ponto de vista conceitual, pois preenche uma lacuna de definição acerca da nova era em que vivemos.

Entretanto, um ensaio que pretende vislumbrar o desenrolar do tempo presente em cenários futuros depara-se com óbices inelutáveis: não conseguir enxergar a eclosão de contingências históricas, nem respaldar e embasar sentenças e afirmativas pelo acesso criterioso às fontes primárias. Além disso, a narrativa é fruto de uma análise presa no cárcere racionalista-liberal, descomprometida com a riqueza atual do quadro teórico-metodológico de RI. Por fim, a obra de Zakaria exagera na mensagem triunfalista, de recuperação da hegemonia benevolente, como tentativa de reconstruir a imagem dos EUA após os oito anos de fracasso da gestão neoconservadora do governo Bush.

De qualquer forma, Zakaria dá continuidade a uma tradição de pensadores de grande impacto midiático como Francis Fukuyama, Samuel Huntington e Thomas Friedman. Ademais, o novo governo democrata de Barack Obama torna o livro sobre as idéias e ações dos EUA no mundo de hoje indispensável. Entretanto, não fica incólume à reflexão científica. Caso encontrasse o Sr. Fareed Zakaria, perguntaria: “*Dear Mr. Zak, wouldn't be the post-American world a brand new world with the United States above the rest?*”.



RESENHA

África subsaariana: a última fronteira do capitalismo

Sub Saharan Africa: the last frontier of capitalism

HERBERT SCHÜTZER*

Meridiano 47 n. 108, jul. 2009 [p. 31 a 32]

Última região a ser integrada ao sistema capitalista, a porção subsaariana do continente africano, está sendo disputada pelas grandes potências mundiais e por potências médias para atender aos mais diferentes interesses. Ainda sobre as ruínas do neocolonialismo e suas consequências trágicas culturais e econômicas, este espaço não apresentou um processo evolutivo do capitalismo devido a sua proximidade com a Europa e sua expansão nos primeiros passos da mundialização capitalista do século XV. A África subsaariana é o novo e último espaço para o capitalismo alcançar sua universalidade e, conseqüentemente, estabelecer sua dominação generalizada pelo planeta e de fato chegar ao chamado “fim da história”. (FUKUYAMA, 1989) Nesse caso, considerando a China como um caso peculiar a ser estudado. Nesta “nova” arena os principais países do sistema mundial e alguns países de segundo escalão estão colocando em ação suas geopolíticas “soft power”, em geral, para atingir as maiores vantagens comparativas possíveis .

Desde o final do século XX e este início do XXI, o panorama subsaariano vem apresentando atrativos na esfera econômica, que atizam a cobiça das potências mundiais e suas empresas, que acabam contribuindo para a manutenção de um espaço desarticulado e um Estado decadente, incapaz de garantir suas premissas sócio-econômicas devido à cobiça que promove nas classes dominantes cooptadas locais. Com isso, os países subsaarianos tornam-se presas fáceis dos diversos interesses dispostos nas diversas esferas da vida dos países, que não adotam nenhum critério seletivo nas parcerias propostas e as possibilidades

de consolidação das suas estruturas ficam comprometidas. Essa falta de objetivos é, possivelmente um ranço do colonialismo e suas artificialidades políticas e sociais, como também da Guerra Fria e suas influências nefastas para a formação da jovem região independente.

Após o fim da Guerra Fria, as potências centrais e algumas potências médias, entre elas o Brasil, voltaram seus interesses para o último (além da Antártica que, por força de suas condições naturais e do Tratado Antártico, continua preservada) espaço mundial ainda não totalmente inserido na dinâmica da globalização – a África Subsaariana com sua diversidade a ser explorada pela lógica neoliberal. Lógica essa que trás em seu bojo uma gama de práticas que seduzem as classes dominantes e médias de países que procuraram a modernização de suas sociedades, com a idéia de acesso fácil às inovações tecnológicas ao custo de uma flexibilização econômica e política em prol do capital internacional. (CARVALHO. 2002)

Na década de 1990, surgiu uma concepção política abrangente entre as grandes potências (como também na ONU) de que o engajamento delas se fazia necessário para garantir um futuro mais promissor para a África Subsaariana. Europeus e norte-americanos lançaram propostas assistencialistas para a região, no intuito de remediar a tragédia subsaariana com a canalização de recursos dos países ricos, a fim de modernizar o sistema de produção dos países mais carentes, tendo por base a criação de um sistema eficiente de produção em alguns setores primordiais da economia da região. Porém essas iniciativas, retó-

** Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP, pós-graduado em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP e mestrando em Geografia pela Universidade de São Paulo – USP (hschutzer@globocom).

ricas ou não, foram paulatinamente superadas pelos interesses econômicos imperialistas de um capitalismo globalizante e pelas dificuldades endógenas que a região subsaariana apresentava. (PIMENTEL. 2000) Na intersecção dessas duas variáveis, a região subsaariana tornou a agonizar, em virtude do recrudescimento da violência de diferentes naturezas e das epidemias que se alastraram num meio historicamente carente, provocando um enorme sofrimento da população. Os conflitos anteriores, alimentados pela Guerra Fria, continuaram devido à marginalização estratégica da região no período subsequente e também devido aos paradigmas coloniais que subsistiram.

Passado esse hiato do pós-Guerra Fria, novas geopolíticas nacionais estão materializando interesses distintos, num espaço de grande diversidade e com traços colonialistas que se imbricam à nova realidade do continente, quase cinquenta anos após o processo de independência. As potências usam diferentes práticas de penetração política e econômica e se sobrepõem às políticas locais e aos interesses do principal país da região, a África do Sul. Contudo, todos enfrentam os paradoxos de uma região com uma história que penetra na antiguidade, cujos valores culturais perpassaram pelo colonialismo europeu e por suas conseqüências e são vivificados na atualidade. Soma-se a isso, por um lado, a presença dos países ocidentais e seus paradigmas, constituindo ideais de legitimação civilizacional, que entram nesse jogo geopolítico de acumulação de poder na porção subsaariana da África. Por outro, as potências orientais legitimadas por diferentes valores, mas atuando com os mesmos objetivos na busca de vantagens comparativas. (FIORI, 2007)

O caráter destoante da política externa brasileira no sentido da autonomia subsaariana com uma geopolítica humanista, segundo o discurso das autoridades políticas, corrobora a ideia da universalização capitalista e seu aparato legal e confirma a ação do país de alinhamento ideológico com os países que comandam o sistema mundial. O Brasil atua no sentido de colaborar com as potências mundiais e médias interessadas na região subsaariana usando as opções disponíveis no sistema mundial para países classificados como potências médias, procurando contrabalançar uma ação humanitária

na África, com a participação nos fóruns liderados pelos países ricos. O que segundo Andrew Hurrell (2009), leva o Brasil a praticar o “bandwagoning” (indica o ato de aliar-se com as potências mundiais e agir livremente no cenário internacional servindo às finalidades de longo prazo a essas potências. O termo foi originalmente usado pelo cientista político Stephen Van Evera.), uma vez que contribui para uma organização do espaço subsaariano, que pode vir a ser mais útil ao sistema capitalista, contudo correndo o risco de latinizar economicamente a região subsaariana.

Dessa forma, as perspectivas para a África subsaariana podem ser positivas no sentido da sua organização do espaço e da consolidação do Estado, porém, numa projeção mais de longo prazo, o que se observa é uma continuidade das práticas já desenvolvidas pelas economias mais desenvolvidas em estruturas mais adequadas ao capitalismo. Os anseios subsaarianos parecem não ser considerados nas suas diversidades, o ‘etnocentrismo’ capitalista não leva em conta as questões endógenas das populações locais, como fez com a América Latina. O Brasil precisa repensar sua geopolítica subsaariana, no sentido de reforçar as estruturas que garantam uma autonomia para os países, de forma que suas escolhas tenham espaço de manifestação interna e externa. Se de fato o país possui o compromisso declarado pelo governo de Lula e que ela se transforme numa política de Estado.

Bibliografia

- CARVALHO, Leonardo Arquimimo. Geopolítica e Relações Internacionais. Curitiba. Juruá Editora. 2002.
- FIORI, José Luís. O Poder Global. São Paulo. Editora Boitempo. 2007.
- FUKUYAMA, Francis. The end of history. EUA The national interest. 1989.
- HURRELL, Andrew. LIMA, Maria Regina S. HIRST, Monica. MACFARLANE, Neil. NARLIKAR, Amrita. FOOT, Rosemary. Os BRICs e a Ordem Global. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2009.
- PIMENTEL, José Vicente de Sá. Relações entre o Brasil e a África. Brasília. RBPI vol 43, número 001 p.05-23. 2000.